



# COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: <https://coloquio.gulbenkian.pt>

---

## Eduardo Lourenço e o conceito de «colonialismo orgânico»

Miguel Real

Para citar este documento / To cite this document:

Miguel Real, "Eduardo Lourenço e o conceito de «colonialismo orgânico»", *Colóquio/Letras*, n.º 170, Jan. 2009, p. 273-277.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

# Eduardo Lourenço e o conceito de «colonialismo orgânico»

MIGUEL REAL

DESDE «EUROPA ou o Diálogo Que Nos Falta», de *Heterodoxia I*, publicado em 1949, que a opção política de Eduardo Lourenço é indubitavelmente pelo sistema democrático. Em 1958, no texto analítico referente às Forças Armadas portuguesas, de novo se revigora a pulsão democrática de Eduardo Lourenço, repetida no texto «A Nova República Deve Nascer Adulta» publicado em 1959 no jornal paulista *Portugal Democrático*, onde o autor apela para a construção de uma democracia europeia em Portugal. Em «Contribuição para Um 'Debate Difícil'»<sup>1</sup>, «carta fechada às oposições portuguesas», escrito em 1969, na véspera das primeiras eleições para a Assembleia Nacional após a subida a primeiro-ministro de Marcello Caetano, Eduardo Lourenço confessa o seu apoio à CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), influenciada pela corrente socialista, que se opunha à CDE (Comissão Democrática Eleitoral), influenciada por sectores particularmente ligados ao Partido Comunista Português<sup>2</sup>.

Assim, no interior de uma permanente vinculação democrática, podemos datar a opção de Eduardo Lourenço pela corrente política do socialismo democrático do ano de 1969. O livro *O Fascismo Nunca Existiu* evidencia a reflexão política de Eduardo Lourenço após a revolução do 25 de Abril de 1974 sobre dois temas maiores, bem como a sua escolha político-ideológica. Os dois temas, disseminados ao longo dos artigos, prendem-se, por um lado, com a democratização geral de Portugal, ameaçada pela avalanche revolucionária do Partido Comunista Português e de pequenos mas aguerridos movimentos políticos trotskistas e maoístas, e, por outro, com a ingente questão da descolonização. Em 1960, interpretando a viagem a Portugal do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, no artigo «Brasil — Caução do Colonialismo Português», publicado no jornal oposicionista português de São Paulo, *Portugal Livre*, Eduardo Lourenço considerara que, no interior do «irrealismo prodigioso» desenvolvido pela «mitologia» heróica e patrioteira portuguesa do Estado Novo, Portugal «não é acidental mas essencialmente

colonialista, único no mundo [...] tragicamente conforme a essa vocação»<sup>3</sup>. Agora, em 1974, três meses depois do 25 de Abril de 1974, à beira do início da descolonização e consequente fim do Império, Eduardo Lourenço alerta para a existência de «África», isto é, para a ingente questão colonial, como verdadeiro «centro da política portuguesa»<sup>4</sup>. Com efeito, face ao dilema «autodeterminação» ou «independência» dos povos colonizados, Lisboa, capital do Império, pressionada pelos movimentos de libertação das colónias, responde com o arrastamento da situação política, que, breve, declara Eduardo Lourenço, se veria impossibilitada de acautelar um duplo interesse português em África — o da perpetuidade da língua portuguesa e o dos interesses da minoria branca nos novos países:

[...] nenhum «independentista» *branco* está em condições de afiançar e garantir de maneira absoluta a *presença branca* numa África independente. Ou só o está a título de *aposta* que até hoje não foi ganha em parte alguma. É o *colonialismo português* essa mítica excepção que permitirá pôr-lhe fim evitando a tragédia humana e política a que deu lugar noutras latitudes e noutros contextos? Tanto os «autodeterministas» como os «independentistas» partilham essa esperança que nalguns é da ordem da fé. Mas o que os distingue é o grau de confiança nessa possibilidade. É porque o general Spínola [defensor de uma política federalista para as colónias portuguesas assente na autodeterminação e, só posteriormente, na independência] e aqueles que pensam como ele *não estão seguros* dessa permanência no caso de concessão de independência sem processo estruturado de «autodeterminação», que recusam tal hipótese. E nenhum «independentista» pode asseverar que ele se engane. Ao fim e ao cabo, a hipótese do general Spínola (vista a questão sempre do «lado português») não é menos lógica que a do «entreguismo» concebido como «não-entreguismo» [tanto se arrasta a situação que no final não existe outra hipótese que entregar as colónias aos movimentos nacionalistas]. Trata-se de *duas apostas* que excluem a única questão-tabu, aquela que nenhum político responsável ousa formular abertamente e menos ainda fornecer-lhe uma resposta: *que atitude deve tomar o País diante da perspectiva de uma independência sem fatal presença branca?*<sup>5</sup>

Segundo Eduardo Lourenço, Portugal deveria ter tomado primazia na iniciativa política, não permitindo a radicalização acelerada dos movimentos de libertação das colónias, a ponto de, breve, se tornar impossível a coexistência «que se quer salvaguardar»<sup>6</sup> e de nada haver a «negociar»<sup>7</sup>, passando-se aos factos consumados. Eduardo Lourenço acertou. A independência das ex-colónias precipitou-se entre 1975 e 1976 e Portugal teve de acolher cerca de 500 000 «retornados» através de uma das maiores pontes aéreas da história. Em «*Requiem por Um Império Que Nunca Existiu*», datado

de Setembro de 1974, Eduardo Lourenço antevê este final abrupto e sem glória do Império português. Com efeito, o Império fora vivido por via do «irrealismo histórico intenso» do regime do Estado Novo, criador de «uma das mais grotescas mitologias colonialistas de que há memória ao equiparar Angola e Moçambique ao Minho ou a Trás-os-Montes»<sup>8</sup>, cristalizando assim, em profundidade, a noção delirante de Portugal não existir na História como um país colonialista. Assim, porque nunca problematizámos historicamente o Império, sempre nos sentimos tão portugueses quanto povoadores de novas parcelas do mundo. Não havia que disfarçar, éramos portugueses como éramos colonialistas e assim nos deveríamos assumir quando nos encontrávamos perto de arriscar o Império. Porém, o novo poder democrático portava-se internacionalmente como o antigo poder autoritário — como se o problema das colónias não existisse, no passado porque estas se encontravam «naturalmente» integradas no território português; actualmente porque, face a tão ingente problema como o da perda do Império, Portugal parecia desconhecer que tem o dever de responsabilidades políticas, económicas, culturais e, até, civilizacionais, isto é, portava-se como se o Império nunca tivesse existido<sup>9</sup>. Tão entranhada está em nós a consciência de um Portugal imperial que, verdadeiramente, «quer queiram, quer não, todos os portugueses são colonialistas até ao fundo da alma»<sup>10</sup> — reiteração, em 1974, da sua tese de 1960, que designa como «colonialismo orgânico», isto é, invisivelmente entranhado no corpo da nação. Assim, sonhando, Portugal visava simultaneamente descolonizar e manter laços exemplares com os povos descolonizados, o que a Bélgica, a Inglaterra e a França não conseguiram, uma espécie de união pós-colonial sem «neocolonialismo». Conseguirá Portugal?:

A descolonização é irreversível. Ela impõe o dever de descolonizar sem *arrière-pensées*, quer dizer, em função dos interesses efectivos e inegáveis dos antigos colonizados e da complexa situação que lhes foi criada pelos agentes da colonização. O que o Ultramar era ou é constitui razão suficiente para o descolonizar, agora e antes. Não é lícito nem são operar a descolonização na óptica do nosso interesse específico de metropolitanos que precisam dela para poder construir a Democracia em casa. Em suma, não é legítimo subordinar o processo descolonizador a imperativos que são ainda, em prioridade, os da política metropolitana e, por conseguinte, do colonialismo voltado do avesso. Na realidade, os autênticos interesses da descolonização são só, e apenas, os dos antigos colonizados e por isso mesmo nem é a nós que incumbe determinar *a priori* o seu perfil [político] futuro. Mas, queiramo-lo ou não, e paralelamente, estamos implicados, mais do que um processo sem dor de descolonização requereria, num contexto que comporta um segundo elemento, ou questão, aquela que a presença branca representa.<sup>11</sup>

Breve, o Império cairia e a «minoría branca», santo e senha das trovas gloriosas do colonialismo, fugiria do teatro de guerra, atropelada pela precipitação histórica de um Império há muito à deriva, «mais sonho compensador do que verdade histórica»<sup>12</sup>.

Em 27 de Dezembro de 1976, no artigo «Apelo aos Retornados», publicado no *Diário de Notícias*, Eduardo Lourenço relembra que nem antes nem depois do 25 de Abril de 1974 a descolonização fora elevada a questão central da política portuguesa, precavendo o descalabro que seria (foi, de facto) a fuga em massa da minoría branca das ex-colónias:

Em função de urgências históricas que não estão provadas, os colonos foram pura e simplesmente leiloados ou pouco menos, que a noite a que foram deixados, pagando por todos um colonialismo orgânico, a nada mais se parece que a um leilão histórico, a um atroz desfazer de feira imperial.

A pedagogia da descolonização não mobilizou seriamente ninguém e não o podia fazer quando os dados já estavam lançados no tapete de um auto-ilusionismo que é o último e o mais funesto reflexo da colonização e do colonialismo.<sup>13</sup>

Eduardo Lourenço continua: «tudo se passou [uma descolonização impensada] como se não houvesse dificuldade de maior, nesta brutal indolência ou incapacidade de prever o dia de amanhã, que parece uma das constantes do comportamento nacional»<sup>14</sup>. Com efeito, o «colonialismo diferente»<sup>15</sup> que existia em Portugal (o «colonialismo orgânico») a todos vedava a real e normal dimensão colonialista de Portugal, como se fosse invisível ou se assumisse inocente aos olhos da História. Invisível para Portugal, mas bem visível para os povos sofredores do nosso colonialismo e, neste sentido, Eduardo Lourenço prevê, em «Ressentimento e Colonização ou o Complexo de Caliban», publicado em 4 de Maio de 1976, após o auge da descolonização, que a *forma mentis* da relação dos povos descolonizados para com Portugal será durante longo tempo a do «ressentimento», «labirinto de que ninguém sai sem ajuda»<sup>16</sup>, em que só «a tragédia se estabelece [...] e só o *sacrifício*, como os Gregos o souberam, restabelece a ponte entre o homem do ressentimento e aquele que é a sua origem ou pretexto [o colonizado]»<sup>17</sup>. Acordámos tarde e violentamente para o processo de descolonização e acordámos como se todo o processo tivesse sido pervertido pelos povos africanos colonizados, esquecendo-nos — porque o nosso colonialismo nos vestia como uma segunda pele — da «incicatrizável ferida da negação absoluta de que [os povos colonizados] foram objecto pelo facto mesmo da nossa colonização»<sup>18</sup>, que os tornara povos não-existentes, por nós próprios rasurados da História. Neste sentido, a nós, cabe-nos a compreensão

sem lamentações do nosso passado histórico e aos povos ex-colonizados o «ressentimento» de Caliban contra Próspero, seu criador, segundo o drama *A Tempestade*, de Shakespeare.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Cf. Eduardo Lourenço, «Contribuição para Um 'Debate Difícil'» [1969], *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976, pp. 51-75.
- <sup>2</sup> Para uma referência geral a estas eleições, cf. Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal*, Lisboa, Ed. Salamandra, s/d. [1990], pp. 262-3.
- <sup>3</sup> Eduardo Lourenço, «Brasil — Caução do Colonialismo Português», *O Fascismo Nunca Existiu*, ed. cit., p. 44.
- <sup>4</sup> Idem, «Quantas Políticas Africanas Temos Nós?», *O Fascismo Nunca Existiu*, ed. cit., p. 78.
- <sup>5</sup> Idem, *ibid.*, pp. 81-2.
- <sup>6</sup> *Ibid.*, p. 85.
- <sup>7</sup> *Ibid.*, p. 87.
- <sup>8</sup> Eduardo Lourenço, «Requiem por Um Império Que Nunca Existiu», *O Fascismo Nunca Existiu*, ed. cit., p. 99.
- <sup>9</sup> Idem, *ibid.*, p. 102.
- <sup>10</sup> *Ibid.*, p. 103.
- <sup>11</sup> *Ibid.*, p. 113.
- <sup>12</sup> *Ibid.*, p. 114.
- <sup>13</sup> Eduardo Lourenço, «Apelos aos Retornados», *O Fascismo Nunca Existiu*, ed. cit., pp. 186-7.
- <sup>14</sup> Idem, *ibid.*
- <sup>15</sup> *Ibid.*, p. 190.
- <sup>16</sup> Eduardo Lourenço, «Ressentimento e Colonização ou o Complexo de Caliban», *O Fascismo Nunca Existiu*, ed. cit., p. 241.
- <sup>17</sup> Idem, *ibid.*, p. 242.
- <sup>18</sup> *Ibid.*, p. 243.